



# Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DO LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA 102 – REMOÇÃO

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- O candidato receberá do fiscal:
  - Um Caderno de Questões contendo as questões da Prova Escrita e Prática.
  - Um Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática contendo **24 (vinte e quatro) páginas**, ou seja, **12 (doze) folhas**, sendo que:
    - **4 (quatro) páginas**, ou seja, **2 (duas) folhas**, são destinadas aos dados pessoais do candidato e às instruções da prova;
    - **4 (quatro) páginas**, ou seja, **2 (duas) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Dissertação;
    - **8 (oito) páginas**, ou seja, **4 (quatro) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Prova Prática;
    - **8 (oito) páginas**, ou seja, **4 (quatro) folhas**, são destinadas a rascunho e texto definitivo da Prova Discursiva, com **5 (cinco) questões**.
- Para realização da Prova Escrita e Prática, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Escrita e Prática deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.
- A Prova Escrita e Prática não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro lugar que não seja o cabeçalho do Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da Prova Escrita e Prática.
- Na Prova Prática, assine a Peça como **TÍCIO MERIUS**.
- Somente será permitida, na Prova Escrita e Prática, a consulta à legislação não comentada ou anotada, vedada a utilização de obras que contenham formulários, modelos e anotações pessoais, inclusive apostilas.
- A Prova Escrita e Prática terá duração de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo para elaboração e transcrição do texto para o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática.
- O candidato poderá se retirar da sala de prova após transcorridas **2 (duas) horas** do efetivo início da prova, entregando ao fiscal o Caderno de Resposta Definitivo da Prova Escrita e Prática e podendo levar o Caderno de Questões da Prova Escrita e Prática.
- O texto transcrito nos espaços destinados ao Texto Definitivo da Prova Escrita e Prática será o único documento válido para avaliação.
- Para rascunho, utilize o espaço destinado a ele, que é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal de sala.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato estava portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, ele será eliminado automaticamente do concurso.
- Após o término da prova, ao sair da sala de prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de realização das provas, não podendo permanecer nas suas dependências, bem como não podendo utilizar os sanitários.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.





## DISSERTAÇÃO

Disserte sobre as possíveis nulidades testamentárias.

## PEÇA PRÁTICA

Uma senhora (X) idosa, que vive sozinha, lhe procura para a feitura de um testamento, pois é intenção dela, quando de seu falecimento, deixar os seus únicos bens para a igreja (Y) que ela frequenta quase todos os dias. Os bens são um pequeno apartamento em que mora, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), e um galpão industrial, no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), que está locado e cujo aluguel é a sua principal fonte de renda, ao lado da pequena pensão de viúva. Não tem a referida senhora ascendentes ou descendentes, mas tem um sobrinho de paradeiro ignorado com quem ela não cultivava laços afetivos. Comparecem à Serventia as testemunhas e também o testamenteiro, este por ela escolhido entre os frequentadores da mesma igreja. Ao testamenteiro, pessoa da total confiança da testadora, ela quer conceder a posse e a administração da herança. Considerando a situação narrada, elabore o ato notarial adequado e justifique os emolumentos cobrados.

Os dados não fornecidos no enunciado acima devem ser criados pelo próprio candidato para que a escritura fique completa, com **todos os elementos necessários** de acordo com as leis e demais normas, inclusive administrativas.

## DISCURSIVAS

1. Em sua Serventia comparece um casal que pretende se casar, mas que em razão da idade, estando um deles com mais de 70 (setenta) anos, estão sujeitos ao regime legal. De comum acordo, pretendem realizar um pacto antenupcial que estabeleça expressamente que, em hipótese nenhuma, os bens adquiridos por qualquer um deles isoladamente será comunicado ao outro.

Diante do exposto, discorra acerca da possibilidade de lavratura do pacto antenupcial em favor dos noivos.

2. Explique sobre a possibilidade de o registrador, a requerimento do interessado, averbar mandado de penhora de imóvel no qual conste a existência de construção não averbada na respectiva matrícula, abordando, no que couber, os princípios registrares aplicados ao caso.

3. Descreva o que se entende por Teoria Maior e Teoria Menor da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

4. Explique sobre a possibilidade de usucapião decorrente de abandono do lar, enumerando as condições.

5. João, com 15 (quinze) anos de idade, pretende reconhecer como seu filho José, de 3 (três) meses. Explique sobre a possibilidade de tal reconhecimento.